



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**DIRETORIA-GERAL**

**PAD N.º 002246/2022**

**DESPACHO**

R. h.

Versa-se, em síntese,,conforme relatado e examinado pela **ASDIR – Doc. PAD N.º 27800/2022** , de **solicitação da Seção de Desenvolvimento Organizacional – SEDES** para a contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação para realização do Programa de Desenvolvimento de Sucessores – PDS 2022.

A Seção de Licitações (SELIC) e a **Assessoria da Diretoria-Geral (ASDIR)**, com ressalvas, **opinaram pela possibilidade da contratação direta**, tendo sido informada pela **Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)** a alocação de recursos.

Assim, observada a conveniência e oportunidade da administração, **autorizo a contratação, desde que atendidas as ressalvas apontadas pela ASDIR – ITEM 17 da Lista de Verificação da Advocacia Geral da União – AGU, e na qualidade de ordenador de despesas por delegação – (VIDE PORTARIA N.º 429/2021), por meio de inexigibilidade, com amparo no Artigo 25, II c/c o art. 13, VI<sup>1</sup>, da Lei n.º 8.666/93, adotando, como razões de decidir, as manifestações prestadas pela SELIC e ASDIR, ex vi art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99.**

À **SOF**, para as providências que o caso requer, destacando-se o ensinamento para a celebração de contratos administrativos, em conformidade com o Acórdão TCU nº 1134/2017-Plenário, e demais providências.

**Em seguida, à Seção de Desenvolvimento Organizacional – SEDES**, para informar a presente decisão à contratada.

Por fim, à **COLIC**, para as providências pertinentes à contratação em referência,, inclusive visando publicar extrato de inexigibilidade no DOU.

**Fortaleza(CE), DATA REGISTRADA NO SISTEMA**

**DIRERTOR-GERAL – TRE-CE**

**[ASSINATURA NO SISTEMA]**

<sup>1</sup> Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...] VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...] II – para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;